

A União

PATRIMÔNIO DO ESTADO

João Pessoa—Paraíba—Brasil—Sábado, 28 de novembro de 1942

NÚMERO 274

Os aliados quebraram as linhas de defesa alemãs

Os italianos assassinaram os prisioneiros de guerra

Por Walter COLLINS

almirante Delaborde

Os nazistas fracassaram na manobra de se apo-

BENGHASI, 27 — Oficiais e soldados britânicos e sul-africanos deixados no Hospital de Benghasi pelo inimigo, nar-raram ao correspondente como

tra a pte ocidental de Tunis e desalojaram os alemães (localidade de Mepelzab. Os soldados britânicos segundo os últimos despachos, encontram-se a 16 kms. ao oeste de Tunis que está também sendo atacada pelo sul.

Informantes oficiais acrescentam que está para ser desfechada em qualquer momento, violenta ofensiva geral contra as posições alemãs em Bizerta e Tunis. Acredita-se que a acometida aliada terá lugar dentro de dois ou três dias.

SERIOS REVEZES AS TRO-

PAS ALEMAS
LONDRES, 27 (U. P.) —
A emissora de Marrocos comu-
nicou oficialmente que o Pri-
meiro Exército Britânico con-
tinua infligindo sérias revezes
tropas alemãs encarregadas de
defender a parte noroeste da
Tunisia. Salienta-se nos meios
(Conclui na 2.ª pag.)

ESQUADRA

Ao largo de Toulon vee-
que fôram o orgulho da

ONDRES, 27 — (U. P.) — A esquadra francesa sofreu hoje, um rude golpe em consequência da traição de Hitler, não cumprindo a promessa de que não ocuparia Toulon. Em vista disso, os marujos franceses foram obrigados a afundar todos os navios que estavam em Toulon. O afundamento iniciou-se às 4 horas quando se

Revelou-se que alguns navio

As-
on- sobrelado de pouca tonelagem
que ha pouco tempo escolta-
ram os navios mercantes fran-

endo a bordo somente os encarregados de afundar as bombas conforme as ordens do almirante Delaborde. Os desembarcados foram aprisionados pelo alemão que os enviaram

A Missão Técnica ya

Segundo os melhores cálculos da esquadra francesa de embarcações conjuntas, as seguintes unidades "Cruzadores" de batalha Strassburg, Dunkerque e Provence; "cruzadores" pesados Colber, Foch e Ducloux; "cruzadores ligeiros": La Galissonie, Marcellaise e Jean d'Aire; o "porta-aviões" commandant Teste; os "torpedeiros" 26 submarinos e dezessete auxiliares.

O afundamento da esquadra duron várias horas, começando com o ataque da "cruzadora" destruída por uma formidável explosão. Todos os canhões da

GENEIRA, 27 (R) — A emissora de Vichy anunciou que lá às 10 horas da manhã de hoje todas as belonaves francesas surtas em Toulon tinham sido evacuadas para as ilhas por causa das ameaças alemãs. As tripulações, por ordem do almirante Delaborde.

A DNB INFORMOU A OCTUPACAO DE TOLON POR

PAQUIMOS, 27 (U P) — A emissora alemã DNB acaba de informar de Vichy que a base naval francesa de Toulon foi evacuada para as ilhas por ordem de Hitler.

Recorda-se que, quando da ocupação da França, o DNB prometeu ocupar Toulon cuja defesa seria feita por alemães e

ficaria entregue às forças navais francesas. Acreditava-se que o "fuehrer" ordenou a ocupação de Toulon com recibo de que a base seria entregue aos alemães que ali se encontraram, se fizesssem ao mar a fim de se unirem a esquadra anglo-norte-americana, que combateram a batalha de "sicca" no Mediterrâneo.

NAO SE APODERAMAR DE TOLON

LOURENÇO, 27 (U P) — A emissora de Argel anunciou que nem os alemães nem os italianos tinham conseguido ocupar qualquer dos navios de base de Toulon. O fracasso total da empresa de Hitler deveu-se à resistência francesa e à resistência de Toulon.

ataca às divisões nazistas

coluna atacante que utilizava Rich-
kovich como base, capturou Rich-
kovich e seus prisioneiros avançan-
do. Richkovich está sobre uma impor-
tante linha férrea de este para oeste
e apenas a 100 metros de se encontra
atualmente a vanguarda do
exercito russo no setor norte
que avança desde o braço oc-
cidental da baía de Don.

Os russos avançam da coluna
sentinela que ataca Flom-
ovich e põe em perigo mais a
coluna de Richkovich.

Os russos estavam numa tor-
ça para este fim de situar
contra o Don nazistas grupo
de tropas. O grupo de Flom-
ovich está colado avanço para
tratar o espaço de 30 quilom-

RIO 27. A N. 3
Camara Civis do Tribunal de
Apelacao reunidas ontem apro-
varam a indicacao no sentido de
se constituir uma Comissao de
Congratulacoes por ter
o Conselho Internacional de Ar-
tigos, aqui reunido em Was-
hington, eleito o brasileiro Miranda
Jorge e tambem por ter sido es-
colhida a cidade do Rio de Ja-
neiro para sede da Conferen-
cia dos Advogados da Conti-
nente em um vinheiro

vicio nazistas impediram se-
melhante homenagem. Mas
bombardeios mataram a
cidade. Embora rapido, o cho-
que entre nazistas e franceses
terminou com a queda de
Paris e de que todas as baterias
de costa daquela base foram
peelos ares.

ENCONTRO EM TOULON
4 HORAS
GENEIRA, 27 (R). A
nunciou a agencia de Vichy que
o almirante Doreux chegou em
Toulon as 4 horas da manha

Exercício de alarme

RIO, 27 — (A. N.) — Conforme foi anunciado, realizou-se ontem, num extensa área da zona do cais do porto, um exercício de alarme anti-aéreo.

RUIDE GOLPE SOFREU A SITUAÇÃO NA FRENTE

Ao largo de Toulon veem-se os navios de guerra que fôram o orgulho da França, tombados e des-

preendendo fumaça — Destruidas as obras do
cais e os diques

ONDRES, 27 — (U. P.) — A esquadra francesa sofreu hoje um rude golpe em Toulon, quando os alemães, ao não encontrarem cumprindo a promessa de que não ocuparia Toulon, em vista disso, os alemães, para não se entregarem a afundar todos os navios que estavam em Toulon. O afundamento iniciou-se a horas e os alemães, usando das suas colunas blindadas da Reich começaram a entrar na praça, onde se encontrava o almirante e o chefe de comando da base. A's 10 horas não restava um só navio da frota, que alguns navios, que se achavam com as baterias completas, e os submarinos, começaram a combater, fizeram tentativa valente de escapar, dirigindo-se nos portos alemães, mas foram destruídos. Os alemães bloquearam praticamente a saída do porto com minas magnéticas e a poder explosivo as unidades francesas em todas as vias de saída. Os submarinos alemães, que foram trazidos das bases alemãs e seu irmão gemeo Dunkerke acabaram os afundamentos. Os alemães foram grandes que tinham todo o porto e o mar. Outros navios seguiram rapidamente o exemplo dos alemães.

sobretudo de pouca tonelagem, e a maioria dos seus capitanes morreu no posto de comando. Quasi todos os tripulantes franceses foram desembarcados ficando a bordo somente os encalhados de afundar as bombas.

ADOS RUSSOS
ANDLER — (Da United Press)

pressão russa na zona de Stalin alemães, que se achavam no grande obrigados a atravessar o rio, pelo gas ocupam ainda fol isolada entre ndo-se cada vez mais o cerco em

por enquanto, não se possa
da geral alemã, tem-se a impres-
são de locais germânicos, nos últimos
uma retíndra saiente ou retardar
ante para ganhar tempo a fim de
uma prova desta segunda hi-
dos: Colbert, Fuch, Algeri e Di-
pes: "cruzadores ligeiros" e
La Galissonie, Marsellaise e Jean
l'Arc; o "porta-aviões" Co-
mandante Teste, uns 25 "des-
colidido com a cidade do Rio de Janeiro, para ser a sede da Com-
FE UU ao Coordenador. Da-
ferência de Advogados a re-
zar-se no ano vindouro.

cedente de Estocolmo, segundo a
poros por terra e ar para essa zona,
continuam, com o fim de conter a
se constróem defesas apressada-
res no analisar a ofensiva russa
a análise da situação, sendo

de opinião que a estratégia soviética era uma clara.

... pelo Dm, foi efetuado com três...
... desviando de seu primitivo...
... este contra a retaguarda das tro-...
... Stalin em 1941. As outras duas co-

A PERMANENCIA, NO RIO, DO INTERVENTOR RUY CARNEIRO

ANTI-FASCISTA

O APELO que acaba de fazer a todos os italianos, o Comitê Anti-Fascista Italiano, é uma prova de que a Itália poderá resurgir um dia, mostrando aos vindouros os desafios que foram abertas por um governo escravidor.

Um dia resurgirá e a lembrança dos seus inimigos não lhe será de presente.

Disse a nota:

"Reclama obediência dos ordens de Hitler, as ordens que o egoísta do Reich nos transmite por intermédio do seu lacão Benito Mussolini, inimigo número 1 da Itália e do povo italiano."

Revolta-se contra o "cizo". Vindos os patriotas assombrados pelos assédios do "duce" alienado e delirante!"

O manifesto é assinado por Francisco Iria, Anselmo Geritano, Nello Garavito, Silvio Esposito, Froila Olorino e Luis Cincinato.

Estado ai seis italianos diferentes. Seis patriotas que bem poderiam ficar de posse de Mussolini quando a Alemanha, mais certa da sua derrota e da covardia italiana, resolver deixar os museus o chefe camisa preta.

Mas, no que parece, estamos falando numa coisa que não mais se vê na Itália — a camisa preta. Ali o que se vê é um povo sem camisa.

É tudo porque não sabe reagir. E por isso, os italianos nunca por nunca teve com que fazer medo, porque é o medo em pessoa.

Entregando-se à Alemanha a Itália rolou barranco abaixo e ficou refutada no que está aí.

Então, porém, os italianos teriam um pouco de patriotismo. Tudo ficaria certo.

ROTARY CLUBE DE JOÃO PESSOA

Reune hoje, às 12 horas, no Casino do Parque Solon de Lucena, o Rotary Clube de João Pessoa, sob a presidência do sr. Julio Rique.

INSULTOS AO CHILE

Fiel à mentalidade e aos métodos totalitários, em porta voz nipônico em declarações preteridas a imprensa atacou o Chile, com repetidas vezes, a imprensa nipônica sua atitude de neutralidade. O Japão é um dos países mais tristemente pitorescos do mundo. Os estudos do Mikado negativamente aguçados, mas também há um pouco de sensibilidade. E também há o fato que o Império do Sol Nascente poderia organizar um verdadeiro exercito de porteiros, exercito que, se não conseguisse ganhar batalhas, ao menos semearia a confusão principalmente entre as populações sulcadas. Naquela pais sempre se seguiu, a ruína, a ruína máxima que diz que os palavrões servem para ocultar o pensamento. Não sabemos o que do Chile pretendem os nipões. Mas as ameaças do general de Santiago se destinam a marcar a fragorosa derrota sofrida em Guadalupe, onde a esquadra japonesa abandonou o local da luta depois de sofrer perdas irreparáveis em navios e marinheiros. Distanciado o valor da cãlera nipônica, os chilenos não perdem a calma e perguntarão se os homens de Tóquio já não tem bastante com os chineses, ingleses e norte-americanos. Se os albos estão cercados na sua "fortaleza da Asia".

Ata esta hora as autoridades diplomáticas chilenas em Tóquio devem estar esperando a resposta da chancelaria japonesa sobre a interpelação que lhe foi feita. Podemos estar certos de que se não for desautorizado o tal porta-voz, o Chile não vacilará em romper com o anacoreto.

Reuniu-se o Conselho Consultivo de Coordenação

RIO, 27 (A. M.) — Ontem, no Gabinete do Coordenador, reuniu-se o Conselho Consultivo de Coordenação. O Coordenador fez exposição definindo as finalidades do Conselho, que deverá estudar os problemas de ordem geral, sem deter-se em especificações técnicas. Cabe-lhe estudar e interceder, quando ligados aos interesses do país, de forma a preservar o nosso panorama econômico das perturbações do presente e lançar as bases da expansão industrial futura do Brasil.

O Conselho reuniu-se há quantas-vezes, às dez horas.

no regresso, amanhã, do Chefe do Governo paraibano — Visita ao general Góis Monteiro — Providências junto ao Ministério da Viação, Departamento Nacional de Saúde e o D. I. P. — Expressivos comentários do Rádio Tupi à atuação do interventor Ruy Carneiro

RIO, 27 (A. M.) — Está anunciado para domingo, 29, o embarque do interventor Ruy Carneiro, de regresso a esse Estado. Durante a sua permanência aqui, o interventor Ruy Carneiro tratou, junto aos poderes centrais, de importantes interesses da Paraíba. O Chefe do Governo paraibano, que viajara no avião da Navegação Aérea Brasileira (NAB), esteve no Palácio do Catete, apresentando despedidas ao presidente Getúlio Vargas, com o qual conferenciou demoradamente. Acompanhando o interventor Ruy Carneiro, regressara, o seu

oficial de gabinete, sr. Henrique Candido Cavalcanti de Albuquerque.

RIO, 27 (A. N.) — Em companhia do interventor Isnar de Góis Monteiro, o interventor Ruy Carneiro esteve em demonstrada visita ao general Góis Monteiro.

O interventor paraibano visitou, ainda, a Sociedade Nacional de Agricultura, o Departamento de Saúde Pública e o Ministério da Viação e conferenciou com o major Coelho Reis, diretor geral do DIP, continuando providências sobre a organização do DEIP na Paraíba.

RIO, 27 (A. M.) — A Rádio Tupi, noticiando o regresso, amanhã, do interventor Ruy Carneiro, dedica expressivos comentários à personalidade do Chefe do Governo paraibano, cuja obra salientou como uma das mais profícuas para esse Estado. A P. R. G. -3 Reportou-se ainda à atitude assumida pelo interventor Ruy Carneiro no combate decisivo a quinta-coluna, tornando-se um dos colaboradores destacados do presidente Getúlio Vargas na hora atual, com a solidariedade patriótica do povo paraibano.

"A imortalidade de vossa memória vive no próprio simbolismo do vosso martírio"

O discurso do Ministro Marcondes Filho por ocasião da homenagem prestada, ontem, no Cemitério de São João Batista às vítimas do movimento de 1935

RIO, 27 (A. N.) — Foi o argumento, o texto integral do discurso do ministro Marcondes Filho por ocasião da homenagem no Cemitério de São João Batista às vítimas do movimento de 1935. "Dezesseis destas sepulturas, assim como outras campanhas em outros pontos do solo pátrio, aos quais legamos, todos os anos, o tributo de nossa veneração e as coroas de nossa saudade, repousam as cinzas de um punhado de bravos que deram o nome à Brasil. Ao fazer, porém, o sacrifício de destruição, o sacrifício total para honrar o seu juramento, eles, na verdade, não morreram, porque só existe a morte onde existiu a destruição e o esquecimento. Eles construíram uma porta para o futuro. Saudade de número dos mortos, ganharam, por isso, a eterna presença. Quando, nos instantes trágicos da agonia, inclinaram a face para a terra, ao mesmo tempo, mais do que uma palavra surgiu na contemplação da imagem da Pátria e dirigiu para o Chefe e símbolos que a representam: para a Bandeira que haviam prometido servir e de fato serviram até onde a crueldade humana e o patriotismo servir, até aquela sublime forma de decisão, que consiste na renúncia suprema. Tornando eles se exaltaram. Sua vida imortetizada passou a

ideia e aos princípios em cuja defesa tingiram o solo com o seu generoso sangue e a ideia da sobrevivência e o triunfo do Brasil e os princípios da ordem e da disciplina e da justiça. Aqui estamos novamente, o Povo, o Governo, os militares, os magistrados, os professores, os estudantes, todos os oficiais e corporações, todas as classes sociais e todas as unidades, para testemunhar-lhes a nossa profunda reverência, que se anima pela certeza de que a nossa gente é capaz de trocar a vida por uma ideia, e testemunhar-lhes a nossa gratidão, porque o holocausto desses bravos fundou de novo os nossos lares, escolas e oficinas, de novo fôz a nossa religião, os benefícios da tranquilidade da paz, na glória e da perenidade do Brasil.

Conclua na 5ª pag.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA

A FESTA DO DIA 5 DE DEZEMBRO NO "CLUBE ASTRÉIA"

A FESTA em benefício da Legião Brasileira de Assistência, que contribuirá para o briliantismo da noite de 5 de dezembro, a realizarse no dia 5 de dezembro no "Clube Astréia", vai na face melhor dos seus preparativos.

As senhoras e senhoritos encarregadas da organização do programa continuam a trabalhar com toda a dedicação, podendo-se assim antever o sucesso que será novamente das suas organizações, serão também em todas as partes, que comparecerem a esse desfile de elegância.

A festa como já dissemos, em nossas edições anteriores, será dedicada às classes armadas.

Estas far-se-ão representar, o

que contribuirá para o briliantismo da noite de 5 de dezembro.

Durante um dos intervalos das danças será prestada uma homenagem a Ary Alceu Carneiro, presidente da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência.

A frente dessa homenagem estão as senhoritas que constituirão a turma do "Ponto 15", na festa do Parque de Tambaú. A audaciosa das forças armadas será feita pelo sr. Julio Rique, juiz da 1.ª vara da capital.

As senhoras e senhoritos que estão à frente dos preparativos da festa se encontram animados, pois é grande o interesse do público pelo programa.

Além das danças, os sons das Jazz "Tambora" e "Tupi", da banda de música de canto e de declamação, tudo obedecendo a uma organização completamente inédita.

O que, porém, mais está assegurando o êxito da festa no "Clube Astréia" é a procura de meios. Podemos dizer que já se agora a comissão dirigente está lutando com eficiência para atender a todos os pedidos.

Grande é portanto, o interesse dos paraibanos pela festa que marcará um acontecimento na vida da cidade, pelos apelo elementos envolvidos na campanha brilhante patriótica e humanitária da Legião Brasileira de Assistência.

As bandas de música do 15.º e 1.ª e da Força Policial local para a recepção aos convidados.

A PARTIR DESTES MES RÍO, 27 (A. N.) — A Delegação do Instituto dos Delegados do Distrito Federal avisa aos empregados e segurados que, a partir do mês de novembro, será cobrada a contribuição obrigatória Pro-Legião Brasileira de Assistência, representada por meio percento sobre o salário do empregador e igual quota dos empregados.

Conclua na 5ª pag.

VIAJA, HOJE, A CAMARATUBA O GENERAL JOSÉ PESSOA

S. excia. visitará aquela Colônia Agrícola em companhia do sr. Samuel Duarte, interventor interino e outras autoridades

EM visita à Colônia Agrícola de Camaratuba, segue, hoje, ali o general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Na ilustre paraibano conhece de vista uma das realizações marcantes que se devem à iniciativa do interventor Ruy Carneiro e ao auxílio do Governo Federal.

Incrementando, em toda a zona rural, os trabalhos da policultura, a administração paraibana voltou o seu interesse para o saneamento do vale de Camaratuba, o que representa a

conquista de 6.500 hectares de terras férteis para a nossa agricultura.

Os trabalhos que ora se desenvolvem naquela zona fértilíssima terão como consequência o escoamento maior de nossas riquezas para os mercados litorâneos, dando ao Estado uma vitalidade econômica capaz de transformá-lo em celeiro de todo o Nordeste.

O general José Pessoa viajará hoje, pela manhã, em companhia dos srs. Samuel Duarte, interventor interino; João Henriques, secretário da Agri-

O FUNDO NACIONAL DO ENSINO PRIMARIO

Por Fernando TUDE DE SOUZA
TECNICO DE EDUCACAO

O MINISTRO Gustavo Capaneima tomou uma iniciativa que pôde ser apontada como uma das maiores, ainda a maior da sua administração na Pasta de Educação e Saúde: a instituição do Fundo Nacional de Ensino Primario, por meio de um convenio dos Estados e governadores dos Estados da União. Trata-se de uma medida de relevatissima importância para o desenvolvimento do país. A escola que o Estado dá gratuitamente ao povo a escola primária. É a única obrigatória em todo o país, embora esta obrigatoriedade seja apenas teórica, de vez que ainda não temos escolas para atender a toda a nossa população escolar. As soluções arbitrárias e fictícias que vem sendo dadas ao problema do ensino primario tendem a fazer com que a educação seja apenas teórica, de vez que ainda não temos escolas para atender a toda a nossa população escolar. As soluções arbitrárias e fictícias que vem sendo dadas ao problema do ensino primario tendem a fazer com que a educação seja apenas teórica, de vez que ainda não temos escolas para atender a toda a nossa população escolar.

em que os imigrantes populacionais se processam incessantemente.

Descentralizada a educação pelo Alto Adicional de 1934, nunca mais a ação da União se fez sentir no terreno da educação primária das federações. Os Estados, sempre autônomos, que impediram a ação federal em instantes que teria sido muito benéfico. São mesmo a guerra, em 1917, permitiu uma certa assistência financeira da União aos Estados que tiveram que sustentar as federações. Os Estados sempre protestaram contra a intromissão do Governo Federal. Agora, porém, a nova organização política do Estado e mesmo o espírito que vem com a Revolução de 1930 modificaram os anteriores. Uma escola de 1º e 2º em auxílio dos Estados em matéria de educação. Precisa colocar a educação como uma das preocupações primárias do país. Os exemplos das nações que cultivaram a educação, a Alemanha, a França, a Inglaterra, a Rússia, México, e por que não dizer? a própria China. A escola, sobretudo a escola pública, aquela que é capaz de fazer a redenção de um povo, constitui o espírito russo americano, inglês, chinês, etc.

A ideia da Convenção Nacional de Educação, pela qual se bate um dos brasileiros mais ricos e mais sérios que conheço: Mário Augusto Teixeira de Freitas, há longa data, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional e "até mesmo subversivos". Subversivo porque eu propunha, baseado no art. 73 da Constituição de 10 de novembro, que a supremacia do Presidente da República a respeito da educação, a ideia de criar um fundo nacional de educação, que se chama Projeto da Primeira Conferência Nacional de Educação, realizada o ano passado juntamente com a fundação de um fundo nacional de educação quando representando o Estado da Paraíba, aquele educador se pôde considerar como anti-constitucional

rubim as faces e seus olhos brilhamam... Mas isto é outra história, como diria Epling.

SOCIEDADE A HOMENAGEM DA NAÇÃO, ETC.

PAZEM ANOS HOJE:

A senhoria — Maria Elizabeth de Reis, filha de Antonio dos Reis, funcionário da Saúde Pública, nesta capital. A senhoria — Nair Norberto Barbosa, esposa do sr. João Norberto Barbosa, advogado no foro desta cidade; Elisa de Sousa Monteiro, esposa do sr. Rubens de Sousa Monteiro, auxiliar do comércio desta praça, e Georgina dos Anjos Seabra, esposa do sr. Francisco de Assis Seabra, músico do 15.º R. I., aquartelado nesta cidade. De senhores: — Homengildo Di Lacio, engenheiro construtor nesta cidade; Genário da Silva Guedes, funcionário da Imprensa Oficial, Anilbal de Gouveia Moura, industrial nesta cidade, e o sr. Severo Cavalcanti, funcionário estadual.

NASCIMENTOS:

Nesta, no dia 26 do corrente, nesta cidade, na Casa de Saúde e Maternidade "Frei Martinho" o menino Fernando Antonio, filho do sr. Carlos Moura, proprietário da Galeria Nô, e de sua esposa, sr. Alice Lucena Moura.

NOIVOS:

Estão noivos nesta capital, a srta. Greusa Oliveira de Souza Couto, funcionária do Centro de Saúde desta capital, e filha do sr. João de Souza Couto, e Emilia Oliveira de Souza Couto, com o sr. Manuel Laureano de Barros, funcionário da Departamento de Algodão nesta cidade.

CASAMENTOS:

Realizou-se, nesta cidade, na residência do sr. João Alves de Melo, à rua Buenos Aires, 105, o enlace matrimonial de sua filha, srta. Silvia Alves de Melo com o sr. José Plávio Saboia. Foram padrinhos, por parte da noiva, o sr. Carlos de Almeida e senhora, e por parte do noivo, os seus pais, sr. Plávio Viriato de Saboia e senhora.

O tenente José Plávio serve atualmente no 22.º R. I., em Campina Grande, onde vai residir.

VIAJANTES:

Sr. ODON BEZERRA — Viajante, na próxima segunda-feira, o Rio de Janeiro. Sr. Odon Bezerra Calvanti, ilustre advogado conterrâneo e que ora empresta a sua eficiência colaboração ao Governo, à frente da Diretoria Regional do Setor de Defesa Passiva Anti-Aérea. O sr. Odon Bezerra vai à metrópoli federal no trato de interesses particulares, permanecendo ali alguns dias. Durante a sua ausência ficará respondendo pela Diretoria Regional do S.D.P.A.A. o capitão Aldeio Guedes Pereira, assistente técnico respectivo.

ARIAS:

Transcorreu ontem o aniversário da srta. Lucia Lopes, filha do nosso companheiro Silvino Lopes e sua esposa, sr. Donatila Lopes. A srta. Lucia recebeu as suas amigas numa recepção íntima na residência das suas pais.

Sra. Maria do Carmo Maciel — Transcorreu hoje o aniversário natalício da srta. Maria do Carmo Maciel, esposa do sr. José Caetano Maciel, alto comerciante em Campina Grande, e elemento de destaque naquela cidade. O casal Maciel, pelo motivo, oferecerá recepção às pessoas de sua relação de amizade.

ENFERMO:

Srta. Ursula Lianza — No Hospital do Príncipe Sebeiro, no

(Conclusão da 8.ª p.)

silêncio há de guisa o ardente desejo de seguir esse exemplo de dedicação voluntária.

O ministro Marcondes Filho declarou: "No silêncio eterno, os nossos heróis morreram o que todos capazes de fazer por amor à liberdade, à ordem e ao direito".

O ministro Aristides Guilhem declarou: "Hoje possuímos uma herança nefasta: lutamos no continente americano, foi-lhe impossível medrar no Brasil, e a submissão e ao sacrifício individuais dos patriotas brasileiros".

O ministro Salgado Filho disse: "O movimento de 27 de novembro de 1938 foi uma dura luta, e que, para manter a ordem sacrificando companheiros valentes, vitimados pela traição dos próprios irmãos de armas. As forças armadas revelaram seu amor ao Brasil, em nome do presidente, Getúlio Vargas, preservando os princípios básicos da moral da humanidade".

O sr. Eduardo Espinola expressou: "A data de 27 de novembro será sempre lembrada porque assim a vibração patriótica de alma nacional, ao colocando em evidência a brilhante reação do glorioso exército brasileiro contra o golpe traído por elementos estrangeiros, cabendo-nos o dever de prestar homenagem de saudade, aos bravos que morreram no cumprimento do dever".

O sr. Ezequiel Apolônio Sales: "Cumpra aos brasileiros, render, hoje, aos heróis de 1938, uma homenagem e um voto de eterna lembrança. A todo custo, iniciadas as instituições que eles bravamente defenderam".

Sobre o movimento comunista de 25 de novembro de 1938, defendendo os valores mais preciosos da nossa tradição nacional e cristã. E pensamos: não! O que estes mortos amados estão ainda a dizer-nos é que e preciso que todos os brasileiros, dispostos ao sacrifício pela mesma causa que eles serviram".

O chanceler Oswaldo Aranha declarou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

lutas e tradições criadas de

CRIMINIAS NO CEMITERIO

RIO, 27 (A. N.) — Foram realizadas hoje, várias cerimônias em homenagem aos mártires do movimento extremista de 1938. No Cemitério da Jaca, a realização da solenidade que contou com a presença do presidente Getúlio Vargas e das autoridades civis e militares.

O presidente da comissão encarregada de dirigir as solenidades, presidiu a leitura das notas dos heróis mortos. Nas palavras do sr. João Batista da Mota, da Escola Militar, foram os seguintes:

Seguiu-se a colocação no monumento central, numa paisagem de flores naturais, pelo Cel. do N.º 30, simbolizando a unidade nacional aos bravos que morreram pela Pátria, no lema: "Morrer por uma causa justa".

O sr. Eduardo Espinola expressou: "A data de 27 de novembro será sempre lembrada porque assim a vibração patriótica de alma nacional, ao colocando em evidência a brilhante reação do glorioso exército brasileiro contra o golpe traído por elementos estrangeiros, cabendo-nos o dever de prestar homenagem de saudade, aos bravos que morreram no cumprimento do dever".

O sr. Ezequiel Apolônio Sales: "Cumpra aos brasileiros, render, hoje, aos heróis de 1938, uma homenagem e um voto de eterna lembrança. A todo custo, iniciadas as instituições que eles bravamente defenderam".

Sobre o movimento comunista de 25 de novembro de 1938, defendendo os valores mais preciosos da nossa tradição nacional e cristã. E pensamos: não! O que estes mortos amados estão ainda a dizer-nos é que e preciso que todos os brasileiros, dispostos ao sacrifício pela mesma causa que eles serviram".

O chanceler Oswaldo Aranha declarou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

maneira feroz, pederestismo

para lançar sobre eles, a acusação de "frent" entre Trotski e Stalin.

O ataque dos russos contra o "front" de Don e Stalin, não pôde ter sido tão fácil, pois os alemães, embora não fossem aliados da zona e se esperasse uma ofensiva contra Porto, em cujo caso seria em pessoa todos os fatores inimigos que atualmente se encontram paralisados no Causa.

Também adquiriu importância o fato de que, durante a noite, o sr. de Kalinin, bem como os alemães emendados em todo o "front" de Trotski, com suas forças, foram derrotados.

Em geral, os russos dão a entender que suas operações em geral, não foram tão bem sucedidas como se poderia esperar de suas forças.

O sr. Eduardo Espinola expressou: "A data de 27 de novembro será sempre lembrada porque assim a vibração patriótica de alma nacional, ao colocando em evidência a brilhante reação do glorioso exército brasileiro contra o golpe traído por elementos estrangeiros, cabendo-nos o dever de prestar homenagem de saudade, aos bravos que morreram no cumprimento do dever".

O sr. Ezequiel Apolônio Sales: "Cumpra aos brasileiros, render, hoje, aos heróis de 1938, uma homenagem e um voto de eterna lembrança. A todo custo, iniciadas as instituições que eles bravamente defenderam".

Sobre o movimento comunista de 25 de novembro de 1938, defendendo os valores mais preciosos da nossa tradição nacional e cristã. E pensamos: não! O que estes mortos amados estão ainda a dizer-nos é que e preciso que todos os brasileiros, dispostos ao sacrifício pela mesma causa que eles serviram".

O chanceler Oswaldo Aranha declarou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

O ministro Souza Costa falou: "Hoje, os maiores brasileiros, porque morreram para enalutarmos a vida".

EDUCAÇÃO ESCOLA DE PROFESSORES

Exposição de Trabalhos Manuais

Conforme notícias ontem, será inaugurada hoje, a exposição dos trabalhos manuais, com desenhos e trabalhos realizados na Escola de Professores. A exposição será presidida pelo sr. Janduby Carneiro, secretário interno do Interior, realizadora de 10 horas, com a presença do sr. Abelardo Jarama, diretor do Departamento de Educação, Mário Antonio da Gama e Melo, diretor daquele estabelecimento, com seu docente e discente, bem como educador e demais pessoas gradadas, previamente convidadas para assistirem à solenidade.

A Diretoria da Escola convidou as famílias possesoras para uma visita ao recinto expositivo, que estará franqueado ao público até o dia 30 do corrente, nas seguintes horas: 8 às 12, 15 às 17 e das 18 e meia às 21 horas.

(Dia 27 de Nov. de 1942)

No "Serviço de Estatística Estadual", nesta cidade, foram entregues as folhas de matrícula e frequência da escola primária dos municípios de Brejo de Cruz, Cabaceiras, Cajazeiras, Camocim, Catia, Monteiro, Pombal, Princesa Isabel e Teixeira, referentes ao mês de outubro, sendo que o município de MONTEIRO está ainda em atraso na remessa dos respectivos formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

O Diretor do D. E. reitera aos senhores inspetores auxiliares do ensino a recomendação anterior, no sentido de serem enviados, ao D. E., os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar, bem como os formulários de matrícula e frequência da corrente escolar.

Hoje, matinee às 4 h. e soirée às 7 h. PREÇOS: Crs 3,30 e Crs 1,60

NOVA CÓPIA, CHEGADA DE AVIÃO DO RIO DE JANEIRO A SUPREMA REALIZAÇÃO QUE HOMENAGEIA A UM GÊNIO INSPIRADOR!

GORAÇÃO DE UM TROVADOR

O gênio musical do indíndio "folk-lore" norte-americano

ROMANTICO!!! ENTERNECEDOR!!!

DON AMECHE — ANDREA LEEDS — AL JOLSON

Um lindo romance ca "20 th Century Fox", todo colorido. Complementos: — NACIONAL — FOX MOVIEZONE NEWS, chegada de avião com as últimas notícias da guerra

3.ª feira no "PLAZA"

"ESSAO COLOSSO"

Família Jones em

Novas Aventuras

e mais

Um Tiro nas Trevas

Um programa da

20 TH CENTURY FOX

Quarta-feira 1.º "PLAZA"

CAMINHO ASPERO — "Fox"

ASTORIA — Hoje às 7 1/2

PREÇOS: Crs 1,10 e Crs 0,80

O colossal filme da United Artists — com JOHN WAYNE

NO TEMPO DAS DILIGENCIAS

EM DEZEMBRO: NO "PLAZA" — TYRONE POWER

UM "YANKEE" — "RAF"

Hoje às 7 h. e 30 horas

PREÇOS: Crs 1,20 e Crs 0,60

EDWARD G. ROBINSON — em

A VIDA DO DR. ENRIK

Comp — ESCOLA BATISTA DAS NEVES (CINEDIA)

Amassã em matinee às 3 horas — EMBOSCADA e a 3.ª

parte de O CAVALHEIRO FANTASMA

3.ª feira — ISSO MESMO ESTÁ ERRADO

4.ª feira — NAS MALHAS DA ESPIONAGEM e a 4.ª série de

O CAVALHEIRO FANTASMA

SÃO PEDRO

HOJE ÀS 7 E 30 HORAS

PREÇOS: Crs 1,20 e Crs 0,60

A "United Artists" apresenta

GARY COOPER e MERLE

O COW-BOY E A GRANFINA

UMA PRODUÇÃO DE SUCESSO ABSOLUTO

Comp. — Nacional, Notícias da Guerra, etc

Matinee hoje às 4 h. — Preço: Crs 0,80

Pela última vez o filme notável — AS AVENTURAS DE MARCO POLO — com Gary Cooper

Amassã — Lançamento da grande produção — A REGA DO

ADRO — Baseado no conhecido romance — O filme que fala ao coração da gente — Sonante neste cinema

Vem aí — PRINCEZA TAM-TAM e O HOMEM QUE

VIVIA DUAS VIDAS

HOJE ÀS 7 HORAS

PREÇOS: Crs 3,30 e Crs 1,60

Uma epopeia magnífica, glorificando a memória dos indomados

pioneiros da Civilização da América!

RICHARD DIX — JOAN FONTAINE — GAIL PATRICK

e um elenco de milhares de figurantes

A GRANDE CONQUISTA

Avencas, bravura e heroísmo em todas as cenas espetaculares

do formidável drama vivido pelos conquistadores do

Grande Oeste!

Comp. — NACIONAL D. F. B. e NOTÍCIAS DO DIA

Hoje na matinee colegial do REX — Geral: Crs 1,00

ADORAVEL IMPOSTORA

SABADO 5 — Em lançamento especial — SABADO 5

DOROTHY LAMOUR e JON HALL — a dupla famosa de

O Furacão — em curta romance dos mares do sul — todo

em colorido — ALOMA

Amassã — Matinee do REX às 9 h. — Amassã!

FELIPEIA

HOJE — ESPECIAL

PREÇOS: Crs 2,00 e Crs 1,20

O grande filme colorido de

CECIL B. DE MILLE

LEGIA DE HERÓIS

Gary Cooper — Bette Davis —

Comp. — Nacional D. F. B.

JAGUARIBE

Hoje — Crs 1,20 e Crs 0,60

SUZANA FOSTER — os dois

curo da "Paramount"

SONHO DE MUSICA

ALLAN JONES

MARGARET LINDSAY

Complementos — NACIONAL

D. F. B. e desenho animado

**Progridem favoravelmente
aos aliados as operações**

guape	235,00
Dr. Adalberto Gomes	10,00
Antonio da Mata Ribeiro e outros de	
(Continúa na 5.ª pag.)	

347 Imobillidade da 2.ª e 3.ª falange do indicador MP. Imobillidade em flexão de um dedo secundário MP. Perda de um membro inferior abaixo da articulação do joelho (Proc. 5802/42) — 24

355 Ligero edema em um dos pés e dores de pequena intensidade, produzindo-se quando o acidentado pisca em falso, que acorrem redução, em grau mínimo, da cor do pé (Proc. 6055/41) — 6

355 Perda da 3.ª falange de um pequeno artelho — Tabela G. (Proc. 6032/42) — 1

356 Imobillidade da 2.ª falange de um pequeno artelho, em um dos pés. Tabela G. (Proc. 5800/42) — 1

355 Perda de três pequenos artelhos em um dos pés. (Proc. 6261/42) — 3

NOTAS DO FORO

PROCLAMAS DE CARA-MENTO

Cartório do registro civil no Palácio da Justiça

No cartório do escrivão Sebastião Bastos, desta capital, correm proclamas dos contraentes:

Wilde Lustosa Cabral, celvário e Dyoné Amorim de Oliveira, maiores, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta capital, às ruas Peregrino de Carvalho, 134 e Martin Leitão, 373.

Manuel Laurindo dos Santos, agricultor e Luiza Vianna dos Santos, maiores, naturais deste Estado, solteiros, residentes em São José do Bonfim, 200 e 201, ambos de São Paulo.

PREFEITURAS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

EXPEDIENTE DO PREFEITO DO DIA 27:

Petição:

N.º 4.869, de Manuel Alves da Silva. N.º 4.850, de Francisco Henrique da Silva. N.º 4.841, de Manuel Lauretino. N.º 4.853, de Maria Salomé da Silva. N.º 4.859, de Candida Maria da Con-

PIANCO

PORTARIA N.º 141

O Prefeito Municipal de Píanco, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV do art. 1.º do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve conceder a João Farias de Sá Barreto, tesoureiro do município, a licença, sem vencimentos, para tratar de negócios particulares.

Píanco, 15 de outubro de 1942

Antônio Leite Montenegro, prefeito.

DECRETO-LEI N.º 22

Abre o crédito especial de 3.409.500 para reficar a escrita da Prefeitura, referente ao 2.º semestre do exercício de 1940.

O Prefeito Municipal de Píanco, na conformidade do art. 5.º do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto a Tesouraria desta Prefeitura, o crédito especial de 3.409.500 destinado à reficção da escrita referente ao 2.º semestre do exercício de 1940, por terem sido realizadas pelas verbas seguintes do respectivo orçamento: Secretaria — Material — 1.482.500; Função — Pessoal — 175.500; Limpeza Pública — Pessoal — 75.500; Iluminação — Material — 288.500; Divida Publica — 1.800.000 e Despesas Diversas — 658.500.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Píanco, 21 de setembro de 1942.

Antônio Leite Montenegro, prefeito.

DECRETO-LEI N.º 23

Reajusta os vencimentos dos funcionários do quadro fixo da Prefeitura.

O Prefeito Municipal de Píanco, na conformidade do art. 5.º do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, DECRETA:

Art. 1.º — Fica reajustado o quadro fixo dos funcionários desta Prefeitura do seguinte modo:

	Mensal Anual
1 Secretário	500.000 6.000.000
1 Tesoureiro	400.000 4.800.000
1 Fiscal Geral	300.000 3.600.000
1 Contabilista	300.000 3.600.000
1 Fiscal Adjunto	250.000 3.000.000
1 Fiscal do Posto Municipal de	
Cereais	400.000 4.800.000
1 Escrevente	200.000 2.400.000
continuo	150.000 1.800.000

Art. 2.º — Este reajustamento, entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1943.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Píanco, 21 de outubro de 1942.

Antônio Leite Montenegro, prefeito.

DECRETO-LEI N.º 24

Abre o crédito especial de 5.325.100, para pagamento de contas de consumo anterior.

O Prefeito Municipal de Píanco, na conformidade do art. 5.º do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, DECRETA:

OUÇA O REPORTER ESSO

NOS DIAS ÚTEIS 9,30 - 12,55 19,55 - 22,55 AOS DOMINGOS 12,55 - 22,30

NA RÁDIO CLUBE DE PERNAMBUCO (720 e 6.010 Kcs.)

ÊSSO CRIAÇÃO RADIOFÔNICA DO STANDARD OIL CO. DO BRASIL

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto a Tesouraria desta Prefeitura, o crédito especial de 37.570.000 destinado à reficção da escrita referente ao 2.º semestre do exercício financeiro de 1940, por terem sido realizadas as despesas seguintes: Serviço de Inspeção — 1.748.800; Obras Públicas — 29.051.700; Pessoal da Prefeitura — 3.194.700 e Eventuais — 5.500.000.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Souza, 15 de outubro de 1942.

Major Genélio Albuquerque Bezerra, prefeito.

DECRETO-LEI N.º 8

Abre o crédito suplementar a dotações de orçamento da despesa.

O Prefeito do município de Souza, na conformidade do disposto no art. 5.º do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto a Tesouraria da Prefeitura Municipal de Souza, o crédito suplementar de 1.903.500 às seguintes dotações de orçamento da despesa em vigor:

Serviços Públicos Municipais — 1.903.500

Art. 2.º — Considera-se recurso disponível o saldo de 24.778.300 consignado no balanço de agosto último.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Souza, 15 de outubro de 1942.

Major Genélio Albuquerque Bezerra, prefeito.

DECRETO-LEI N.º 9

Abre o crédito especial de 2.400.000.

O Prefeito Municipal de Souza, na conformidade do disposto no art. 5.º do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto a Tesouraria Municipal de Souza, o crédito especial de 2.400.000 para fazer face ao pagamento do consumo de luz pública fornecida ao povoado de Nazaré, neste município, não prevista no orçamento do corrente exercício.

Art. 2.º — Considera-se recurso disponível o saldo de 22.778.300 resultante de 1942.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Souza, 15 de outubro de 1942.

Major Genélio Albuquerque Bezerra, prefeito.

DECRETO-LEI N.º 13

Abre o crédito especial de 3.372.700 para reficar a escrita da Prefeitura, referente ao 2.º semestre do exercício de 1940.

O Prefeito Municipal de Cabaceiras, na conformidade do art. 5.º do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de 3.372.700 para reficar a escrita da Prefeitura, referente ao 2.º semestre do exercício de 1940.

O Prefeito Municipal de Cabaceiras, na conformidade do art. 5.º do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, DECRETA:

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de 2.572.700 destinado à reficção da escrita do 2.º semestre do exercício financeiro de 1940, por terem sido realizadas as despesas por conta das seguintes verbas do respectivo orçamento: Limpeza Pública — 853 — 505.000; Fazenda Municipal — 8110 — 1.931.400; Assistência Social — 829 — 25.500; Despesas Diversas — subvenções e auxílios — 895 — 513.500.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cabaceiras, em 20 de setembro de 1942.

Severino Pereira de Castro, prefeito.

DECRETO-LEI N.º 14

Aumenta os vencimentos dos funcionários do quadro fixo.

O Prefeito Municipal de Cabaceiras, na conformidade do art. 5.º do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, DECRETA:

Art. único — A partir de janeiro de 1943, os vencimentos de todos os pessoal do quadro fixo desta Prefeitura serão acrescidos de 20%, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cabaceiras, em 31 de outubro de 1942.

Severino Pereira de Castro, prefeito.

DECRETO-LEI N.º 15

Anula dotações e abre o crédito suplementar.

O Prefeito Municipal de Cabaceiras, usando das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 12 do des-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, DECRETA:

Art. 1.º — Fica anuladas no orçamento da despesa em vigor, as dotações de acordo com o seguinte quadro:

00 — 8.02.0 — Prefe-	500.000
01 — 8.04.0 — Se-	900.000
02 — 8.05.0 — Pa-	1.000.000
03 — 8.06.0 — Sa-	2.700.000
04 — 8.07.0 — Sa-	1.000.000
05 — 8.08.0 — Sa-	1.000.000
06 — 8.09.0 — Sa-	1.000.000
07 — 8.10.0 — Sa-	1.000.000
08 — 8.11.0 — Sa-	1.000.000
09 — 8.12.0 — Sa-	1.000.000
10 — 8.13.0 — Sa-	1.000.000
11 — 8.14.0 — Sa-	1.000.000
12 — 8.15.0 — Sa-	1.000.000
13 — 8.16.0 — Sa-	1.000.000
14 — 8.17.0 — Sa-	1.000.000
15 — 8.18.0 — Sa-	1.000.000
16 — 8.19.0 — Sa-	1.000.000
17 — 8.20.0 — Sa-	1.000.000
18 — 8.21.0 — Sa-	1.000.000
19 — 8.22.0 — Sa-	1.000.000
20 — 8.23.0 — Sa-	1.000.000
21 — 8.24.0 — Sa-	1.000.000
22 — 8.25.0 — Sa-	1.000.000
23 — 8.26.0 — Sa-	1.000.000
24 — 8.27.0 — Sa-	1.000.000
25 — 8.28.0 — Sa-	1.000.000
26 — 8.29.0 — Sa-	1.000.000
27 — 8.30.0 — Sa-	1.000.000
28 — 8.31.0 — Sa-	1.000.000
29 — 8.32.0 — Sa-	1.000.000
30 — 8.33.0 — Sa-	1.000.000
31 — 8.34.0 — Sa-	1.000.000
32 — 8.35.0 — Sa-	1.000.000
33 — 8.36.0 — Sa-	1.000.000
34 — 8.37.0 — Sa-	1.000.000
35 — 8.38.0 — Sa-	1.000.000
36 — 8.39.0 — Sa-	1.000.000
37 — 8.40.0 — Sa-	1.000.000
38 — 8.41.0 — Sa-	1.000.000
39 — 8.42.0 — Sa-	1.000.000
40 — 8.43.0 — Sa-	1.000.000
41 — 8.44.0 — Sa-	1.000.000
42 — 8.45.0 — Sa-	1.000.000
43 — 8.46.0 — Sa-	1.000.000
44 — 8.47.0 — Sa-	1.000.000
45 — 8.48.0 — Sa-	1.000.000
46 — 8.49.0 — Sa-	1.000.000
47 — 8.50.0 — Sa-	1.000.000
48 — 8.51.0 — Sa-	1.000.000
49 — 8.52.0 — Sa-	1.000.000
50 — 8.53.0 — Sa-	1.000.000
51 — 8.54.0 — Sa-	1.000.000
52 — 8.55.0 — Sa-	1.000.000
53 — 8.56.0 — Sa-	1.000.000
54 — 8.57.0 — Sa-	1.000.000
55 — 8.58.0 — Sa-	1.000.000
56 — 8.59.0 — Sa-	1.000.000
57 — 8.60.0 — Sa-	1.000.000
58 — 8.61.0 — Sa-	1.000.000
59 — 8.62.0 — Sa-	1.000.000
60 — 8.63.0 — Sa-	1.000.000
61 — 8.64.0 — Sa-	1.000.000
62 — 8.65.0 — Sa-	1.000.000
63 — 8.66.0 — Sa-	1.000.000
64 — 8.67.0 — Sa-	1.000.000
65 — 8.68.0 — Sa-	1.000.000
66 — 8.69.0 — Sa-	1.000.000
67 — 8.70.0 — Sa-	1.000.000
68 — 8.71.0 — Sa-	1.000.000
69 — 8.72.0 — Sa-	1.000.000
70 — 8.73.0 — Sa-	1.000.000
71 — 8.74.0 — Sa-	1.000.000
72 — 8.75.0 — Sa-	1.000.000
73 — 8.76.0 — Sa-	1.000.000
74 — 8.77.0 — Sa-	1.000.000
75 — 8.78.0 — Sa-	1.000.000
76 — 8.79.0 — Sa-	1.000.000
77 — 8.80.0 — Sa-	1.000.000
78 — 8.81.0 — Sa-	1.000.000
79 — 8.82.0 — Sa-	1.000.000
80 — 8.83.0 — Sa-	1.000.000
81 — 8.84.0 — Sa-	1.000.000
82 — 8.85.0 — Sa-	1.000.000
83 — 8.86.0 — Sa-	1.000.000
84 — 8.87.0 — Sa-	1.000.000
85 — 8.88.0 — Sa-	1.000.000
86 — 8.89.0 — Sa-	1.000.000
87 — 8.90.0 — Sa-	1.000.000
88 — 8.91.0 — Sa-	1.000.000
89 — 8.92.0 — Sa-	1.000.000
90 — 8.93.0 — Sa-	1.000.000
91 — 8.94.0 — Sa-	1.000.000
92 — 8.95.0 — Sa-	1.000.000
93 — 8.96.0 — Sa-	1.000.000
94 — 8.97.0 — Sa-	1.000.000
95 — 8.98.0 — Sa-	1.000.000
96 — 8.99.0 — Sa-	1.000.000
97 — 9.00.0 — Sa-	1.000.000
98 — 9.01.0 — Sa-	1.000.000
99 — 9.02.0 — Sa-	1.000.000
100 — 9.03.0 — Sa-	1.000.000
101 — 9.04.0 — Sa-	1.000.000
102 — 9.05.0 — Sa-	1.000.000
103 — 9.06.0 — Sa-	1.000.000
104 — 9.07.0 — Sa-	1.000.000
105 — 9.08.0 — Sa-	1.000.000
106 — 9.09.0 — Sa-	1.000.000
107 — 9.10.0 — Sa-	1.000.000
108 — 9.11.0 — Sa-	1.000.000
109 — 9.12.0 — Sa-	1.000.000
110 — 9.13.0 — Sa-	1.000.000
111 — 9.14.0 — Sa-	1.000.000
112 — 9.15.0 — Sa-	1.000.000
113 — 9.16.0 — Sa-	1.000.000
114 — 9.17.0 — Sa-	1.000.000
115 — 9.18.0 — Sa-	1.000.000
116 — 9.19.0 — Sa-	1.000.000
117 — 9.20.0 — Sa-	1.000.000
118 — 9.21.0 — Sa-	1.000.000
119 — 9.22.0 — Sa-	1.000.000
120 — 9.23.0 — Sa-	1.000.000
121 — 9.24.0 — Sa-	1.000.000
122 — 9.25.0 — Sa-	1.000.000
123 — 9.26.0 — Sa-	1.000.000
124 — 9.27.0 — Sa-	1.000.000
125 — 9.28.0 — Sa-	1.000.000
126 — 9.29.0 — Sa-	1.000.000
127 — 9.30.0 — Sa-	1.000.000
128 — 9.31.0 — Sa-	1.000.000
129 — 9.32.0 — Sa-	1.000.000
130 — 9.33.0 — Sa-	1.000.000
131 — 9.34.0 — Sa-	1.000.000
132 — 9.35.0 — Sa-	1.000.000
133 — 9.36.0 — Sa-	1.000.000
134 — 9.37.0 — Sa-	1.000.000
135 — 9.38.0 — Sa-	1.000.000
136 — 9.39.0 — Sa-	1.000.000
137 — 9.40.0 — Sa-	1.000.000
138 — 9.41.0 — Sa-	1.000.000
139 — 9.42.0 — Sa-	1.000.000
140 — 9.43.0 — Sa-	1.000.000
141 — 9.44.0 — Sa-	1.000.000
142 — 9.45.0 — Sa-	1.000.000
143 — 9.46.0 — Sa-	1.000.000
144 — 9.47.0 — Sa-	1.000.000
145 — 9.48.0 — Sa-	1.000.000
146 — 9.49.0 — Sa-	1.000.000
147 — 9.50.0 — Sa-	1.000.000
148 — 9.51.0 — Sa-	1.000.000
149 — 9.52.0 — Sa-	1.000.000
150 — 9.53.0 — Sa-	1.000.000
151 — 9.54.0 — Sa-	1.000.000
152 — 9.55.0 — Sa-	1.000.000
153 — 9.56.0 — Sa-	1.000.000
154 — 9.57.0 — Sa-	1.000.000
155 — 9.58.0 — Sa-	1.000.000
156 — 9.59.0 — Sa-	1.000.000
157 — 9.60.0 — Sa-	1.000.000
158 — 9.61.0 — Sa-	1.000.000
159 — 9.62.0 — Sa-	1.000.000
160 — 9.63.0 — Sa-	1.000.000
161 — 9.64.0 — Sa-	1.000.000
162 — 9.65.0 — Sa-	1.000.000
163 — 9.66.0 — Sa-	1.000.000
164 — 9.67.0 — Sa-	1.000.000
165 — 9.68.0 — Sa-	1.000.000
166 — 9.69.0 — Sa-	1.000.000
167 — 9.70.0 — Sa-	1.000.000
168 — 9.71.0 — Sa-	1.000.000
169 — 9.72.0 — Sa-	1.000.000
170 — 9.73.0 — Sa-	1.000.000
171 — 9.74.0 — Sa-	1.000.000
172 — 9.75.0 — Sa-	1.000.000
173 — 9.76.0 — Sa-	1.000.000
174 — 9.77.0 — Sa-	1.000.000
175 — 9.78.0 — Sa-	1.000.000
176 — 9.79.0 — Sa-	1.000.000
177 — 9.80.0 — Sa-	1.000.000
178 — 9.81.0 — Sa-	1.000.000
179 — 9.82.0 — Sa-	1.000.000
180 — 9.83.0 — Sa-	1.000.000
181 — 9.84.0 — Sa-	1.000.000
182 — 9.85.0 — Sa-	1.000.000
183 — 9.86.0 — Sa-	1.000.000
184 — 9.87.0 — Sa-	1.000.000
185 — 9.88.0 — Sa-	1.000.000
186 — 9.89.0 — Sa-	1.000.000
187 — 9.90.0 — Sa-	1.000.000
188 — 9.91.0 — Sa-	1.000.000
189 — 9.92.0 — Sa-	1.000.000
190 — 9.93.0 — Sa-	1.000.000
191 — 9.94.0 — Sa-	1.000.000
192 — 9.95.0 — Sa-	1.000.000
193 — 9.96.0 — Sa-	1.000.000
194 — 9.97.0 — Sa-	1.000.000
195 — 9.98.0 — Sa-	1.000.000
196 — 9.99.0 — Sa-	1.000.000
197 — 10.00.0 — Sa-	1.000.000
198 — 10.01.0 — Sa-	1.000.000
199 — 10.02.0 — Sa-	1.000.000
200 — 10.03.0 — Sa-	1.000.000
201 — 10.04.0 — Sa-	1.000.000
202 — 10.05.0 — Sa-	1.000.000
203 — 10.06.0 — Sa-	1.000.000
204 — 10.07.0 — Sa-	1.000.000
205 — 10.08.0 — Sa-	1.000.000
206 — 10.09.0 — Sa-	1.000.000

União

PATRIMÔNIO DO ESTADO

JOÃO PESSOA — Sábado, 28 de novembro de 1942

bouaria desta Prefeitura, o crédito especial de 25:563.888 destinado à realização da escritura referente ao 2.º semestre do exercício financeiro de 1940, por terem excedido as despesas realizadas por conta das seguintes verbas do respectivo orçamento: Instrução — 3:433.900; Fomento — 1:458.920; Estatística — 2:173.000; Vias Públicas — Despesas Diversas — 3:197.858; Divida Publica — 10:108.800 e Eventuais — 191.570.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário. Prefeitura Municipal de Santa Helena, em setembro de 1940. *Herílio Rodrigues* — Prefeito.

EDITAIS

EDITAL — Acha-se para ser protestada por falta de pagamento no cartório a meu cargo, edifício da Associação Comercial, uma duplicata, sob n.º 1398-A, do valor de Cr\$ 455,80, vencida em 20/11/1942, sacada por J. Alves de Vasconcelos, de Goiânia, Est. de Pernambuco, contra Martiniano Lopes de Mendonça, de Cabedelo, deste Estado, e apresentada pelo Banco de Brasília. E ciente o Estado não foi encontrado intimo-o por este meio, de acordo com a lei, para vir pagar a dita duplicata ou me dar as razões da recusa, ficando notificado desde já do protesto, caso não compareça. João Pessoa, 26 de novembro de 1942. O Oficial de Protesto, *Heroldo Monteiro*.

Cópia — EDITAL de citação de herdeiros ausentes com o prazo de 30 dias. — O dr. José Demétrio de Albuquerque Silva, Juiz de Direito da Comarca de Piancó, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos que o presente Edital de citação de herdeiros ausentes virem que, por parte de José de Sousa Costa e outros, foi requerido neste Juízo, sobre-partilha dos bens deixados por DONA AULA LEITE FERREIRA, e tendo o inventário desta judicialmente julgado, e o Estado intimado, prestado as suas declarações de bens e herdeiros, declarando que, estavam ausentes e em lugar não sabido os herdeiros seguintes: — AULA LEITE FERREIRA, Jovelina Leite Santiago, João Rodrigues dos Santos, Maria José de Almeida, Antônio Chaves, Francisco de Almeida, Antônio Leite Ferreira, Isabel Davina Leite, Severina Davina Leite, Antonio Leite Ferreira, José Crisanto Leite, Francisca Davina Leite, Severino Rodrigues Leite, Antonio Rodrigues Leite, Francisco de Almeida, Severino Leite de Almeida, Maria Leite de Almeida, João Leite de Almeida, José Leite de Almeida, Isabel Leite de Almeida, Quiléria Leite de Almeida, Jovelina Isaura de Almeida, Pedro Mamêde Leite, José Evangelista Leite, Alexandrino José Leite, Maria de Almeida Leite, Joaquim Alexandrino, Joaquina Amélia Leite, Sebastião Alexandrino Leite, Isabela Amélia Leite, João Valdevino Leite, José Zacarias, Antonio Leite Ferreira, Crisanto Alvino Leite, Genécia Alvino Leite, Joaquim Batista de Almeida, Amélia Gamba, Maria Leite Gamba, Genesio Gamba, João Gamba, Wilson Gamba, Severina Leite da Silva, José Leite da Silva, Antonio Leite da Silva, Ananias Leite de Almeida, Antonio Batista de Almeida, Cristóvão Leite de Almeida, todos netos, bisnetos, tetraneitos, da mesma falecida Aula Leite Ferreira. Em virtude do que dei o despacho seguinte: — Citem-se os interessados para, no prazo de 30 dias, dizerem sobre as declarações de bens e herdeiros, e, se não comparecerem, o Estado intimado, o sequestro de bens. Nomeio Juiz Crisostom da Silva, Curador e lide de menores e ausentes, devendo estes e demais interessados, sem domicílio indicados, serem citados por edital com o prazo de trinta dias. João Pessoa, 26 de novembro de 1942. Eu, *Francisco Loureiro Lopes*, escrevente compromissado, datilografado. Eu, *Raul Loureiro Lopes*, escrivão, subscrito. (as.) *João Demétrio de Albuquerque Silva*, Juiz de Direito. Esta conforme o original, do f. 16. Eu, *Francisco Loureiro Lopes*, escrevente compromissado, datilografado.

MINISTÉRIO DA GUERRA — 7.º R. MILITAR — Estabe-

SEÇÃO LIVRE

† RAIMUNDO NONATO DA SILVA (Padre)

Missa de 7.º dia — Convite

Emília da Costa Maurício, Cordeira Soares da Silva, Aguilino Silva Lima (ausente), Maria Neves Cavalcanti, Rita Maurício da Silva, Manuel Maurício, Maria Emília da Silva, Daniel Maurício e João de Deus Maurício, vidos e filhos de Raimundo Nonato da Silva, convidam seus parentes e amigos para assistirem à missa que pelo sufrágio de sua alma mandam celebrar na Matriz de N. S. do Pilar, na cidade desse nome, na próxima terça-feira, 1.º de dezembro, às 6 e 13 horas. Antecipadamente agradecem.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes

Delegacia do Estado da Paraíba

O DELEGADO DO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS, neste Estado, faz presente aos responsáveis pelas empresas sujeitas ao regime do presente Instituto, que deverão saldar os seus débitos de contribuições vencidas, até o dia 20 de dezembro próximo vindouro, para o que deverão solicitar as guias necessárias ao recolhimento das referidas contribuições, na sede da Delegacia, à rua Barão do Triunfo, 444, nos expedientes de 8.30 às 10.30 e 14 às 16 horas, diariamente.

A falta do cumprimento do presente aviso, importará na aplicação da multa regulamentar de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), além dos juros moratórios, cabendo ainda os devidos quando judicialmente executados, satisfazer o pagamento das custas do processo.

João Pessoa, 21 de novembro de 1942.

Antonio Carlos da Silveira — Delegado

DE NOTIFICAÇÃO — Pelo presente, fica notificado o sr. Sebastião Gomes da Silva, domiciliado em lugar ignorado, para comparecer perante esta Junta de Conciliação e Julgamento, na rua das Trinchiras n.º 42 — terceiro — às 14 horas do dia 4 de dezembro à audiência relativa à reclamação apresentada por The Great Western de Brazil Realty Co. Ltd., cujo inteiro teor consta do processo existente na secretaria da aludida Junta. O não comparecimento à referida audiência importará no julgamento da questão à sua revelia. — João Pessoa, 24 de novembro de 1942. — Lenira Bezerra Capolanti, Secretária. VISTO: Clóvis Lima — Presidente.

COMARCA DE CAIÇARA — EDITAL de Citação com o prazo de trinta dias. — O dr. Paulo de Almeida Castro, Juiz de Direito da Comarca de Caiçara, em virtude da lei, etc. — Faz saber a todos quantos este edital de citação com o prazo de trinta dias, virem, ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que o dr. Ottoniel Freire, Assistente Judiciário do requerente José Marcelino da Silva, dirigiu a este Juízo a petição do teor seguinte: Exmo. sr. dr. Juiz de Direito desta Comarca de Caiçara. José Marcelino da Silva, brasileiro, casado, agricultor, residente no distrito de Sertãozinho desta Comarca, vem por seu Assistente Judiciário, expor e requerer o seguinte: Que o caso com Maria Joaquina da Silva, pelo regime da comunhão de bens, tendo sua mulher deixado lá há mais de dez anos, estando em lugar incerto e não sabido. B) que sendo possuidor de uma parte de terra no lugar "Do Boi", município de Gararabá, unio com ela, possui, precisa, para remediar a sua situação financeira de miserabilidade, de vender dita parte de terra que está fora de suas vistas e sem produzir rendimentos de nenhuma espécie, para aplicar o produto da venda em outro que lhe possa produzir algum resultado. Pelo exposto e como careça do con-

sentimento de sua referida mulher que se acha em lugar incerto e não sabido, vem requerer a V. Excia. se digne mandar publicar edital de citação de seus ouvidores a Promotoria Adjunta, lhe seja suprido o sentimento necessário, caso não apareça em Juízo a citada. Nestes Termos. P. deferimento. Caiçara, 16 de novembro de 1942. (as.) *Ottoniel Freire*. Na mesma Petição exare o seguinte despacho: D. A. Comarca de Caiçara. Publicar-se o edital com o prazo de trinta dias. Caiçara, 16-11-1942. Paulo de Almeida Castro. E para que a notícia chegue ao conhecimento da mesma mandei passar o presente edital, que será afixado no lugar do costume, e publicado pelo Diário Oficial do Estado, por três vezes. Dado e passado nesta Cidade de Caiçara, aos vinte e três dias do mês de novembro de 1942. Eu, *Luiz Gonzaga de Araújo*, escrivão que datilografei e assino. (as.) *Paulo de Almeida Castro*. Esta conforme com o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Luiz Gonzaga de Araújo.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — EDITAL DE CITAÇÃO. — Pelo presente edital e na forma do art. 252 do Decreto-lei n.º 202, de 38 de outubro de 1941 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado da Paraíba) fica o sr. MANUEL GALDINO DA SILVA, continuado "classe D", do quadro único do Estado, lotado na Diretoria de Viação e Obras Públicas, convidado a apresentar defesa dentro do prazo de vinte (20) dias, esclarecendo o motivo por que vem faltando ao serviço há mais de trinta (30) dias consecutivos, consoante se constata do livro do ponto diário, o que implica na penalidade de demissão na conformidade do disposto no art. 44 do citado decreto-lei.

João Pessoa, 26 de novembro de 1942.

Seráfin Rodrigues Martins, Respondendo pela Diretoria

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO NA PARAIBA — DELEGACIA REGIONAL — EDITAL

Com o presente edital, chama-se a atenção dos interessados sobre o disposto no artigo 25, alínea a, do Decreto n.º 3.316, de 13 de setembro de 1941, que determina aos empregadores enviarem a esta Delegacia Regional, dentro do prazo de 31 de dezembro, uma relação, em duas vias, de todos os em-

pregados menores, de acordo com o modelo que acompanha a Portaria Ministerial n.º 10.507-783, de 26 de dezembro de 1941.

João Pessoa, 25 de novembro de 1942.

Lile de M. Bandeira — Auxiliar de escritório VII.

Visto: — Armando de Vasconcelos — Resp. pelo expediente.

COMARCA DE LARANJEIRAS — ARRECADAÇÃO DE BENS AUSENTES — EDITAL com o prazo de um ano — O dr. José Demétrio de Albuquerque Silva, Juiz de Direito da comarca de Laranjeiras, em virtude da lei, etc.

Faz saber a todos que o presente edital com o prazo de um ano virem ou dele notícia tiverem, que tendo sido procedido por este Juízo e cartório do escrivão que este subscreeve à arrecadação dos bens do aresentado Alexandrino Xavier da Cunha, Juiz de Direito da 3.ª Vara da Comarca da Capital. Esta conforme com o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1031) Cópia — EDITAL de citação com o prazo de 30 dias — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca de Caiçara, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos este edital de citação de devedor à FAZENDA DO ESTADO virem, que no executado, a mesma move contra DR. LUIS RODRIGUES, para receber desta a importância de cinquenta e oitenta cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 280,50), proveniente do imposto de indústria e profissão do exercício de 1941, inclusive a multa de 10 %, que foram fatos do decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, foi passado o mandado de citação no qual os oficiais de justiça certificaram achar-se residindo fora desta cidade, o executado, pelo que profere o seguinte despacho: Citem-se o executado por edital com o prazo de trinta dias afixado na porta do Fórum e publicado três vezes no Diário Oficial do Estado, para efetuar o pagamento da dívida à Fazenda do Estado e custas (art. 11, § 1.º do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941). Eu, *Francisco Loureiro Lopes*, escrevente compromissado, datilografado. Eu, *Raul Loureiro Lopes*, escrivão, subscrito. (as.) *João Demétrio de Albuquerque Silva*, Juiz de Direito. Esta conforme o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1030) EDITAL de Citação com o prazo de 30 dias. — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca da Capital, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de 30 dias virem ou dele notícia tiverem ou interessar possa que a este Juízo foi dirigido a petição do teor seguinte: Exmo. sr. Juiz de 3.ª Vara da Comarca desta Capital. Diz o procurador da FAZENDA DO ESTADO, que Sebastião de Brito, morador à v. Guedes Pereira, 52, deve a quantia de 100.000,00, proveniente da multa imposta pelo Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, ao exercício de 1942 como se ve do conhecimento junto; e por isso requer a V. Excia. se digne mandar passar mandado de citação ao executado, e na falta deste, aos seus herdeiros e responsáveis, no pagamento da multa imposta de 10 %, quantia e custas, e, não

fazendo, pelo mesmo mandado, se proceda à penhora em seus bens, tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, e, se não bastarem, para todos os termos da execução, até final, sob pena de revolução. Nestes termos: P. deferimento. Procuradoria da Fazenda do Estado da Paraíba, 26 de março de 1942. O Procurador da Fazenda, Francisco Pôrto. E como tenham os oficiais de justiça, encarecidos da diligência certificada estar o devedor residindo em lugar incerto e não sabido, por este edital chamo e cito o referido executado para dentro de 24 horas depois de terminado o prazo do presente edital, comparecer no Cartório da Fazenda, a fim de efetuar o pagamento, ficando citado para os demais termos da ação. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 21 dias do mês de novembro de 1942. Eu, *Danilo Franco*, escrevente autorizado a datilografar e subscrito. Eu, *Luiz Gonzaga de Araújo*, Juiz de Direito da 3.ª Vara da Comarca da Capital. Esta conforme com o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1031) Cópia — EDITAL de citação com o prazo de 30 dias — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca de Caiçara, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos este edital de citação de devedor à FAZENDA DO ESTADO virem, que no executado, a mesma move contra DR. LUIS RODRIGUES, para receber desta a importância de cinquenta e oitenta cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 280,50), proveniente do imposto de indústria e profissão do exercício de 1941, inclusive a multa de 10 %, que foram fatos do decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, foi passado o mandado de citação no qual os oficiais de justiça certificaram achar-se residindo fora desta cidade, o executado, pelo que profere o seguinte despacho: Citem-se o executado por edital com o prazo de trinta dias afixado na porta do Fórum e publicado três vezes no Diário Oficial do Estado, para efetuar o pagamento da dívida à Fazenda do Estado e custas (art. 11, § 1.º do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941). Eu, *Francisco Loureiro Lopes*, escrevente compromissado, datilografado. Eu, *Raul Loureiro Lopes*, escrivão, subscrito. (as.) *João Demétrio de Albuquerque Silva*, Juiz de Direito. Esta conforme o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1030) EDITAL de Citação com o prazo de 30 dias. — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca da Capital, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de 30 dias virem ou dele notícia tiverem ou interessar possa que a este Juízo foi dirigido a petição do teor seguinte: Exmo. sr. Juiz de 3.ª Vara da Comarca desta Capital. Diz o procurador da FAZENDA DO ESTADO, que Sebastião de Brito, morador à v. Guedes Pereira, 52, deve a quantia de 100.000,00, proveniente da multa imposta pelo Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, ao exercício de 1942 como se ve do conhecimento junto; e por isso requer a V. Excia. se digne mandar passar mandado de citação ao executado, e na falta deste, aos seus herdeiros e responsáveis, no pagamento da multa imposta de 10 %, quantia e custas, e, não

fazendo, pelo mesmo mandado, se proceda à penhora em seus bens, tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, e, se não bastarem, para todos os termos da execução, até final, sob pena de revolução. Nestes termos: P. deferimento. Procuradoria da Fazenda do Estado da Paraíba, 26 de março de 1942. O Procurador da Fazenda, Francisco Pôrto. E como tenham os oficiais de justiça, encarecidos da diligência certificada estar o devedor residindo em lugar incerto e não sabido, por este edital chamo e cito o referido executado para dentro de 24 horas depois de terminado o prazo do presente edital, comparecer no Cartório da Fazenda, a fim de efetuar o pagamento, ficando citado para os demais termos da ação. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 21 dias do mês de novembro de 1942. Eu, *Danilo Franco*, escrevente autorizado a datilografar e subscrito. Eu, *Luiz Gonzaga de Araújo*, Juiz de Direito da 3.ª Vara da Comarca da Capital. Esta conforme com o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1031) Cópia — EDITAL de citação com o prazo de 30 dias — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca de Caiçara, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos este edital de citação de devedor à FAZENDA DO ESTADO virem, que no executado, a mesma move contra DR. LUIS RODRIGUES, para receber desta a importância de cinquenta e oitenta cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 280,50), proveniente do imposto de indústria e profissão do exercício de 1941, inclusive a multa de 10 %, que foram fatos do decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, foi passado o mandado de citação no qual os oficiais de justiça certificaram achar-se residindo fora desta cidade, o executado, pelo que profere o seguinte despacho: Citem-se o executado por edital com o prazo de trinta dias afixado na porta do Fórum e publicado três vezes no Diário Oficial do Estado, para efetuar o pagamento da dívida à Fazenda do Estado e custas (art. 11, § 1.º do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941). Eu, *Francisco Loureiro Lopes*, escrevente compromissado, datilografado. Eu, *Raul Loureiro Lopes*, escrivão, subscrito. (as.) *João Demétrio de Albuquerque Silva*, Juiz de Direito. Esta conforme o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1030) EDITAL de Citação com o prazo de 30 dias. — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca da Capital, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de 30 dias virem ou dele notícia tiverem ou interessar possa que a este Juízo foi dirigido a petição do teor seguinte: Exmo. sr. Juiz de 3.ª Vara da Comarca desta Capital. Diz o procurador da FAZENDA DO ESTADO, que Sebastião de Brito, morador à v. Guedes Pereira, 52, deve a quantia de 100.000,00, proveniente da multa imposta pelo Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, ao exercício de 1942 como se ve do conhecimento junto; e por isso requer a V. Excia. se digne mandar passar mandado de citação ao executado, e na falta deste, aos seus herdeiros e responsáveis, no pagamento da multa imposta de 10 %, quantia e custas, e, não

fazendo, pelo mesmo mandado, se proceda à penhora em seus bens, tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, e, se não bastarem, para todos os termos da execução, até final, sob pena de revolução. Nestes termos: P. deferimento. Procuradoria da Fazenda do Estado da Paraíba, 26 de março de 1942. O Procurador da Fazenda, Francisco Pôrto. E como tenham os oficiais de justiça, encarecidos da diligência certificada estar o devedor residindo em lugar incerto e não sabido, por este edital chamo e cito o referido executado para dentro de 24 horas depois de terminado o prazo do presente edital, comparecer no Cartório da Fazenda, a fim de efetuar o pagamento, ficando citado para os demais termos da ação. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 21 dias do mês de novembro de 1942. Eu, *Danilo Franco*, escrevente autorizado a datilografar e subscrito. Eu, *Luiz Gonzaga de Araújo*, Juiz de Direito da 3.ª Vara da Comarca da Capital. Esta conforme com o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1031) Cópia — EDITAL de citação com o prazo de 30 dias — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca de Caiçara, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos este edital de citação de devedor à FAZENDA DO ESTADO virem, que no executado, a mesma move contra DR. LUIS RODRIGUES, para receber desta a importância de cinquenta e oitenta cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 280,50), proveniente do imposto de indústria e profissão do exercício de 1941, inclusive a multa de 10 %, que foram fatos do decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, foi passado o mandado de citação no qual os oficiais de justiça certificaram achar-se residindo fora desta cidade, o executado, pelo que profere o seguinte despacho: Citem-se o executado por edital com o prazo de trinta dias afixado na porta do Fórum e publicado três vezes no Diário Oficial do Estado, para efetuar o pagamento da dívida à Fazenda do Estado e custas (art. 11, § 1.º do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941). Eu, *Francisco Loureiro Lopes*, escrevente compromissado, datilografado. Eu, *Raul Loureiro Lopes*, escrivão, subscrito. (as.) *João Demétrio de Albuquerque Silva*, Juiz de Direito. Esta conforme o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1030) EDITAL de Citação com o prazo de 30 dias. — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca da Capital, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de 30 dias virem ou dele notícia tiverem ou interessar possa que a este Juízo foi dirigido a petição do teor seguinte: Exmo. sr. Juiz de 3.ª Vara da Comarca desta Capital. Diz o procurador da FAZENDA DO ESTADO, que Sebastião de Brito, morador à v. Guedes Pereira, 52, deve a quantia de 100.000,00, proveniente da multa imposta pelo Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, ao exercício de 1942 como se ve do conhecimento junto; e por isso requer a V. Excia. se digne mandar passar mandado de citação ao executado, e na falta deste, aos seus herdeiros e responsáveis, no pagamento da multa imposta de 10 %, quantia e custas, e, não

fazendo, pelo mesmo mandado, se proceda à penhora em seus bens, tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, e, se não bastarem, para todos os termos da execução, até final, sob pena de revolução. Nestes termos: P. deferimento. Procuradoria da Fazenda do Estado da Paraíba, 26 de março de 1942. O Procurador da Fazenda, Francisco Pôrto. E como tenham os oficiais de justiça, encarecidos da diligência certificada estar o devedor residindo em lugar incerto e não sabido, por este edital chamo e cito o referido executado para dentro de 24 horas depois de terminado o prazo do presente edital, comparecer no Cartório da Fazenda, a fim de efetuar o pagamento, ficando citado para os demais termos da ação. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 21 dias do mês de novembro de 1942. Eu, *Danilo Franco*, escrevente autorizado a datilografar e subscrito. Eu, *Luiz Gonzaga de Araújo*, Juiz de Direito da 3.ª Vara da Comarca da Capital. Esta conforme com o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1031) Cópia — EDITAL de citação com o prazo de 30 dias — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca de Caiçara, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos este edital de citação de devedor à FAZENDA DO ESTADO virem, que no executado, a mesma move contra DR. LUIS RODRIGUES, para receber desta a importância de cinquenta e oitenta cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 280,50), proveniente do imposto de indústria e profissão do exercício de 1941, inclusive a multa de 10 %, que foram fatos do decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, foi passado o mandado de citação no qual os oficiais de justiça certificaram achar-se residindo fora desta cidade, o executado, pelo que profere o seguinte despacho: Citem-se o executado por edital com o prazo de trinta dias afixado na porta do Fórum e publicado três vezes no Diário Oficial do Estado, para efetuar o pagamento da dívida à Fazenda do Estado e custas (art. 11, § 1.º do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941). Eu, *Francisco Loureiro Lopes*, escrevente compromissado, datilografado. Eu, *Raul Loureiro Lopes*, escrivão, subscrito. (as.) *João Demétrio de Albuquerque Silva*, Juiz de Direito. Esta conforme o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1030) EDITAL de Citação com o prazo de 30 dias. — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca da Capital, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de 30 dias virem ou dele notícia tiverem ou interessar possa que a este Juízo foi dirigido a petição do teor seguinte: Exmo. sr. Juiz de 3.ª Vara da Comarca desta Capital. Diz o procurador da FAZENDA DO ESTADO, que Sebastião de Brito, morador à v. Guedes Pereira, 52, deve a quantia de 100.000,00, proveniente da multa imposta pelo Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, ao exercício de 1942 como se ve do conhecimento junto; e por isso requer a V. Excia. se digne mandar passar mandado de citação ao executado, e na falta deste, aos seus herdeiros e responsáveis, no pagamento da multa imposta de 10 %, quantia e custas, e, não

fazendo, pelo mesmo mandado, se proceda à penhora em seus bens, tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, e, se não bastarem, para todos os termos da execução, até final, sob pena de revolução. Nestes termos: P. deferimento. Procuradoria da Fazenda do Estado da Paraíba, 26 de março de 1942. O Procurador da Fazenda, Francisco Pôrto. E como tenham os oficiais de justiça, encarecidos da diligência certificada estar o devedor residindo em lugar incerto e não sabido, por este edital chamo e cito o referido executado para dentro de 24 horas depois de terminado o prazo do presente edital, comparecer no Cartório da Fazenda, a fim de efetuar o pagamento, ficando citado para os demais termos da ação. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 21 dias do mês de novembro de 1942. Eu, *Danilo Franco*, escrevente autorizado a datilografar e subscrito. Eu, *Luiz Gonzaga de Araújo*, Juiz de Direito da 3.ª Vara da Comarca da Capital. Esta conforme com o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1031) Cópia — EDITAL de citação com o prazo de 30 dias — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca de Caiçara, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos este edital de citação de devedor à FAZENDA DO ESTADO virem, que no executado, a mesma move contra DR. LUIS RODRIGUES, para receber desta a importância de cinquenta e oitenta cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 280,50), proveniente do imposto de indústria e profissão do exercício de 1941, inclusive a multa de 10 %, que foram fatos do decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, foi passado o mandado de citação no qual os oficiais de justiça certificaram achar-se residindo fora desta cidade, o executado, pelo que profere o seguinte despacho: Citem-se o executado por edital com o prazo de trinta dias afixado na porta do Fórum e publicado três vezes no Diário Oficial do Estado, para efetuar o pagamento da dívida à Fazenda do Estado e custas (art. 11, § 1.º do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941). Eu, *Francisco Loureiro Lopes*, escrevente compromissado, datilografado. Eu, *Raul Loureiro Lopes*, escrivão, subscrito. (as.) *João Demétrio de Albuquerque Silva*, Juiz de Direito. Esta conforme o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1030) EDITAL de Citação com o prazo de 30 dias. — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca da Capital, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de 30 dias virem ou dele notícia tiverem ou interessar possa que a este Juízo foi dirigido a petição do teor seguinte: Exmo. sr. Juiz de 3.ª Vara da Comarca desta Capital. Diz o procurador da FAZENDA DO ESTADO, que Sebastião de Brito, morador à v. Guedes Pereira, 52, deve a quantia de 100.000,00, proveniente da multa imposta pelo Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, ao exercício de 1942 como se ve do conhecimento junto; e por isso requer a V. Excia. se digne mandar passar mandado de citação ao executado, e na falta deste, aos seus herdeiros e responsáveis, no pagamento da multa imposta de 10 %, quantia e custas, e, não

fazendo, pelo mesmo mandado, se proceda à penhora em seus bens, tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, e, se não bastarem, para todos os termos da execução, até final, sob pena de revolução. Nestes termos: P. deferimento. Procuradoria da Fazenda do Estado da Paraíba, 26 de março de 1942. O Procurador da Fazenda, Francisco Pôrto. E como tenham os oficiais de justiça, encarecidos da diligência certificada estar o devedor residindo em lugar incerto e não sabido, por este edital chamo e cito o referido executado para dentro de 24 horas depois de terminado o prazo do presente edital, comparecer no Cartório da Fazenda, a fim de efetuar o pagamento, ficando citado para os demais termos da ação. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 21 dias do mês de novembro de 1942. Eu, *Danilo Franco*, escrevente autorizado a datilografar e subscrito. Eu, *Luiz Gonzaga de Araújo*, Juiz de Direito da 3.ª Vara da Comarca da Capital. Esta conforme com o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1031) Cópia — EDITAL de citação com o prazo de 30 dias — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca de Caiçara, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos este edital de citação de devedor à FAZENDA DO ESTADO virem, que no executado, a mesma move contra DR. LUIS RODRIGUES, para receber desta a importância de cinquenta e oitenta cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 280,50), proveniente do imposto de indústria e profissão do exercício de 1941, inclusive a multa de 10 %, que foram fatos do decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, foi passado o mandado de citação no qual os oficiais de justiça certificaram achar-se residindo fora desta cidade, o executado, pelo que profere o seguinte despacho: Citem-se o executado por edital com o prazo de trinta dias afixado na porta do Fórum e publicado três vezes no Diário Oficial do Estado, para efetuar o pagamento da dívida à Fazenda do Estado e custas (art. 11, § 1.º do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941). Eu, *Francisco Loureiro Lopes*, escrevente compromissado, datilografado. Eu, *Raul Loureiro Lopes*, escrivão, subscrito. (as.) *João Demétrio de Albuquerque Silva*, Juiz de Direito. Esta conforme o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1030) EDITAL de Citação com o prazo de 30 dias. — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca da Capital, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de 30 dias virem ou dele notícia tiverem ou interessar possa que a este Juízo foi dirigido a petição do teor seguinte: Exmo. sr. Juiz de 3.ª Vara da Comarca desta Capital. Diz o procurador da FAZENDA DO ESTADO, que Sebastião de Brito, morador à v. Guedes Pereira, 52, deve a quantia de 100.000,00, proveniente da multa imposta pelo Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, ao exercício de 1942 como se ve do conhecimento junto; e por isso requer a V. Excia. se digne mandar passar mandado de citação ao executado, e na falta deste, aos seus herdeiros e responsáveis, no pagamento da multa imposta de 10 %, quantia e custas, e, não

fazendo, pelo mesmo mandado, se proceda à penhora em seus bens, tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, e, se não bastarem, para todos os termos da execução, até final, sob pena de revolução. Nestes termos: P. deferimento. Procuradoria da Fazenda do Estado da Paraíba, 26 de março de 1942. O Procurador da Fazenda, Francisco Pôrto. E como tenham os oficiais de justiça, encarecidos da diligência certificada estar o devedor residindo em lugar incerto e não sabido, por este edital chamo e cito o referido executado para dentro de 24 horas depois de terminado o prazo do presente edital, comparecer no Cartório da Fazenda, a fim de efetuar o pagamento, ficando citado para os demais termos da ação. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 21 dias do mês de novembro de 1942. Eu, *Danilo Franco*, escrevente autorizado a datilografar e subscrito. Eu, *Luiz Gonzaga de Araújo*, Juiz de Direito da 3.ª Vara da Comarca da Capital. Esta conforme com o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1031) Cópia — EDITAL de citação com o prazo de 30 dias — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca de Caiçara, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos este edital de citação de devedor à FAZENDA DO ESTADO virem, que no executado, a mesma move contra DR. LUIS RODRIGUES, para receber desta a importância de cinquenta e oitenta cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 280,50), proveniente do imposto de indústria e profissão do exercício de 1941, inclusive a multa de 10 %, que foram fatos do decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, foi passado o mandado de citação no qual os oficiais de justiça certificaram achar-se residindo fora desta cidade, o executado, pelo que profere o seguinte despacho: Citem-se o executado por edital com o prazo de trinta dias afixado na porta do Fórum e publicado três vezes no Diário Oficial do Estado, para efetuar o pagamento da dívida à Fazenda do Estado e custas (art. 11, § 1.º do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941). Eu, *Francisco Loureiro Lopes*, escrevente compromissado, datilografado. Eu, *Raul Loureiro Lopes*, escrivão, subscrito. (as.) *João Demétrio de Albuquerque Silva*, Juiz de Direito. Esta conforme o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque Silva.

(1030) EDITAL de Citação com o prazo de 30 dias. — O dr. Ottoniel Freire, Juiz de Direito da Comarca da Capital, na forma da lei, etc. — Faz saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de 30 dias virem ou dele notícia tiverem ou interessar possa que a este Juízo foi dirigido a petição do teor seguinte: Exmo. sr. Juiz de 3.ª Vara da Comarca desta Capital. Diz o procurador da FAZENDA DO ESTADO, que Sebastião de Brito, morador à v. Guedes Pereira, 52, deve a quantia de 100.000,00, proveniente da multa imposta pelo Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1941, ao exercício de 1942 como se ve do conhecimento junto; e por isso requer a V. Excia. se digne mandar passar mandado de citação ao executado, e na falta deste, aos seus herdeiros e responsáveis, no pagamento da multa imposta de 10 %, quantia e custas, e, não

fazendo, pelo mesmo mandado, se proceda à penhora em seus bens, tantos quantos bastem para a satisfação da dívida, e, se não bastarem, para todos os termos da execução, até final, sob pena de revolução. Nestes termos: P. deferimento. Procuradoria da Fazenda do Estado da Paraíba, 26 de março de 1942. O Procurador da Fazenda, Francisco Pôrto. E como tenham os oficiais de justiça, encarecidos da diligência certificada estar o devedor residindo em lugar incerto e não sabido, por este edital chamo e cito o referido executado para dentro de 24 horas depois de terminado o prazo do presente edital, comparecer no Cartório da Fazenda, a fim de efetuar o pagamento, ficando citado para os demais termos da ação. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 21 dias do mês de novembro de 1942. Eu, *Danilo Franco*, escrevente autorizado a datilografar e subscrito. Eu, *Luiz Gonzaga de Araújo*, Juiz de Direito da 3.ª Vara da Comarca da Capital. Esta conforme com o original, do f. 16. Data supra. O Escrivão — Sebastião Barbosa de Sousa. José Demétrio de Albuquerque